

16
nao pode ter effectos legales de execucao
no Territorio Portuguez e a penas pode
prestar como documento, para em
Juizo competente, e pelo meio legal
se imporem as penas e multas aos
implicados no trafico da Escrava-
tura, nos termos do Decreto de 10 de
Dezembro de 1836 e consequente-
mente e' minha opiniao que o dito
documento devera' ser enviado ao Agente
do Ministerio Publico, junto ao Juizo
de Direito de Mocimbigue para
nos termos da Lei, instaurar as ac-
coens Civis e Criminaes que compe-
tentes forem, contra todos os implica-
dos, e responsaveis pelo illicito trafi-
co d'Escravatura feito pelo mencio-
nado Brigue aprezado. Por esta
forma satisfaco a Portaria do Mi-
nisterio da Marinha na data de
19 de Janeiro ultimo, e V. S. C. Resol-
vera' o que for justo - Lisboa 30 de
Novembro de 1843 - O Ajudante
do Procurador Jeral da Coroa Fer-
nando de Magalhaens e Avelar

Guerra - Parecer em virt. de Portaria
do Ministerio da Guerra de 27

Dezbr.

de Junho de 1843 sobre req.^{to}
de D. Marianna Augusta
Brisac á cerca da demissão
do seu filho no Collegio Mi-
litar Jorge Guilherme So-
bato Pires e opposição que a is-
to faz seu marido

1 Senhora - Não merece favoravel defe-
rimento a petição de Joaquim Romão
Sobato Pires, Segundo Tenente da
Armada Real e que tem por fim
retirar do Collegio Militar a seu fi-
lho, que ali foi admittido como Alun-
no por conta do Estado a requerimento
de sua Mãe D. Marianna Au-
gusta Brisac, por quanto pela
sentença junta se mostra, que os
effeitos do patrio poder do Supplican-
te sobre seu filho estão por agora sus-
pensos em resultado daquella divi-
são judiciaria que cumpre ser man-
tida e respeitada como tal, e até
no proprio interesse do Alumno e do
Estado. Por esta forma satisfaco a Porla-
ria do Ministerio da Guerra na da-
ta de 27 de Junho ultimo, e V. S. C. Re-
solverá o que for justo - Lisboa 1.^o de

Dezbr.

17
Dezembro de 1843 - Fernando d'Algo
Ajudante do Procurador Geral
da Coroa Fernando de Magalhães
ens e Arvelar.

Marinha - Parecer em virtude de Port.^o do
Ministerio da Marinha de
31 de Maio de 1843 sobre req.^{to}
de João d'Agretta Coutinho pe-
clindo perdão do resto da pena
de degredo em que fora con-
denado.

2
Senhora - Para que eu possa com o
devido conhecimento de causa interpor
o meu parecer á cerca do incluso requeri-
mento de João d'Agretta Coutinho, senten-
ciado á cinco annos de degredo para
Cabo Verde, e preso a bordo da Fragata
Diamma, em que pede lhe seja perdoado
o resto do tempo do mesmo Degredo
parece-me indispensavel, que se ha-
ja de ordenar ao Delegado do Procurador
Regio junto ao Juizo de Direito da
Commarca Occidental do Trunchal,
que remetta uma copia da sentença
que concluiu este reo, acompanhada
de sua particular informação so-